

Futuro da neutralidade da rede nos EUA está em lugar incerto e não sabido

14/01/2025

Vítima de uma decisão aparentemente fatal de um colegiado de três juízes conservadores-republicanos do Tribunal Federal de Recursos da 6ª Região, em Ohio, a neutralidade da rede nos Estados Unidos está agonizando na UTI. Mas ainda não está morta e enterrada. Sua existência depende, como tem sido há décadas, de que partido está no poder. E depende, sobretudo, do Congresso e de iniciativas estaduais.

No momento, o Partido Republicano já tem nas mãos o Senado e a Câmara dos Deputados. Em breve, terá a Presidência e o controle da Federal Communications Commission (FCC), órgão encarregado de administrar os serviços de telecomunicações. Nesse cenário, a neutralidade de rede está marcada para morrer.

O partido também poderá contar com a Suprema Corte, que tem uma maioria de seis ministros conservadores-republicanos, contra três ministras liberais-democratas. Afinal, foi a Suprema Corte que disponibilizou fundamentos ao Tribunal Federal de Recursos para derrubar o regulamento da FCC.

Na decisão de *Loper Bright Enterprises v. Raimondo*, de 2024, a Suprema Corte revogou um precedente de 40 anos, chamado de *Chevron Deference*, que criou a Doutrina Chevron. Tal doutrina estabelecia que os juízes federais devem acatar a interpretação (ou a regulamentação), pelos órgãos governamentais, de leis que são ambíguas ou omissas — desde que a interpretação seja razoável.

Em outras palavras, os juízes deviam dar “deferência” aos atos de órgãos governamentais, porque eles estavam mais bem equipados para regulamentar leis ambíguas ou omissas — isto é, o Congresso não precisava detalhar especificamente nas leis o que os órgãos reguladores podiam ou não podiam fazer.

Em sua decisão, o colegiado de juízes do tribunal se apoiou em *Loper Bright* para declarar: “A FCC não tem autoridade legal para impor suas políticas desejadas de neutralidade da rede. Aplicar *Loper Bright* significa que podemos pôr um fim aos vacilos da FCC, como o de restabelecer regras que impedem as provedoras de banda larga de desacelerar ou bloquear o acesso a conteúdo da internet”.

E é nisso que a “morte” da neutralidade da rede pode resultar. As provedoras de serviço de internet (ISPs) podem criar “pacotes” diferentes de serviços de internet, com preços variáveis para os assinantes, como o fazem os canais de TV a cabo. Se quiser um serviço melhor, é fácil: só pagar mais. Do contrário, o acesso será limitado, desacelerado ou bloqueado.

Elas podem ainda criar planos para hospedar sites, também com preços variáveis. Por exemplo, sites com serviços de *streaming* de filmes, esportes, notícias ou entretenimento que quiserem oferecer alta velocidade aos assinantes deverão pagar mais. As ISPs que têm seu próprio serviço de *streaming* podem bloquear concorrentes.

As regras da FCC enquadram as provedoras de serviços de internet (ISPs) na categoria de serviços de utilidade pública (tais como telecomunicações, eletricidade, gás, água e esgoto). E as submetem, portanto, a um certo nível de autoridade reguladora da FCC, de acordo com a Lei das Comunicações. Além disso, as obrigam a manter a neutralidade de rede.

Esperança de sobrevivência

Mas a esperança é a última que morre. E a esperança de sobrevivência da neutralidade da rede se sustenta em duas possibilidades: 1) Os estados podem mantê-la em seu território; 2) O Congresso pode aprovar alguma lei federal que

Freepik



Neutralidade de rede nos EUA depende, como tem sido há décadas, de que partido está no poder



restabeleça a quase extinta neutralidade da rede.

A decisão do tribunal federal não afeta leis estaduais sobre o tema. Três estados democratas — Califórnia, Washington e Colorado — já aprovaram leis que salvaguardam essa neutralidade. Se esse for o último recurso, a legislação sobre o assunto será uma colcha de retalhos: existirá nos estados democratas, não existirá nos estados republicanos.

O Congresso, por sua vez, poderá matar a disputa por meio de legislação, com duas possibilidades: pode aprovar uma lei federal que institua a neutralidade da rede, válida para todo país; ou pode remendar a atual legislação, para conceder a autorização específica e detalhada à FCC para regulamentá-la.

Uma ação do Congresso, em que o Partido Republicano tem maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, bem como o presidente na Casa Branca, não pode ser esperada para tão cedo.

Existem possibilidades. Uma delas é a de que haverá eleições parlamentares em 2026. Se o Partido Democrata recuperar a maioria nas duas casas, o Congresso poderá aprovar tal lei federal. Mas o presidente ainda será Donald Trump, que poderá vetá-la. Nesse caso, os democratas precisarão de uma maioria de dois terços dos votos para derrubar o veto.

Haverá eleições parlamentares e presidenciais em 2028. O Partido Democrata terá de recuperar a maioria nas duas casas do Congresso e colocar seu candidato na Casa Branca. Se isso não acontecer, a única reação dos defensores da neutralidade da rede será a de expressar a esperança de “quem sabe um dia, em um futuro distante...”.

Até lá, pode ser que, destituídas da Doutrina Chevron, a Federal Aviation Administration perderá o poder de supervisionar as empresas aéreas; a Environmental Protection Agency (EPA) não poderá proteger o meio ambiente e combater a mudança do clima; o Department of Health and Human Services (HHS) e o cirurgião-geral serão destituídos da capacidade de regulamentar o atendimento de saúde no país etc.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jan-14/o-futuro-da-neutralidade-da-rede-nos-eua-esta-em-lugar-incerto-e-nao-sabido-2/>